Thiago Alves Duarte Faerman Soares

**RECONHECIMENTO
FACIAL EM TEMPO REAL
E SEGURANÇA PÚBLICA**

perspectivas de Direitos Humanos a partir do AI Act

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2025

Sumário

1 Introdução	1
2 Segurança pública	5
2.1 Conceito	5
2.2 Direito fundamental.....	6
2.3 Direito humano.....	15
2.4 Situação Brasil	20
3 Identificação biométrica à distância em tempo real	31
3.1 Tecnologias de reconhecimento facial e objeto de estudo.....	35
3.2 Inteligência artificial.....	45
3.3 Fases de implementação do sistema	55
3.4 Aspectos técnicos — inexistência de neutralidade	62
3.5 Intersecções com direitos humanos	80
3.6 Ponderando riscos com potenciais benefícios: possíveis soluções ...	99
4 Identificação biométrica à distância em tempo real no Regulamento Europeu.....	109
4.1 Panorama e histórico de elaboração do Regulamento	110
4.2 Conceitos gerais do Regulamento	116
4.3 Disposição geral sobre identificação biométrica	124
4.4 Hipóteses excepcionais de possibilidade para segurança pública.....	130
4.5 Balizas e procedimento para deferimento.....	139
4.6 Compatibilidade do Regulamento com os direitos humanos	150

5 Situação do reconhecimento facial para segurança pública no Brasil ..	163
5.1 Vácuo normativo específico e processos legislativos em trâmite ...	166
5.2 Relevância do Regulamento Europeu (Efeito Bruxelas).....	172
5.3 Compatibilidade do Regulamento Europeu com o ordenamento brasileiro e a tutela dos direitos humanos.....	177
6 Considerações finais.....	195
Referências Bibliográficas.....	209